

PRIMEIRA LINHA **A QUEDA DO GOVERNO**

Quem é o senhor que se segue? Cavaco tem a resposta

Ao derrubar o Governo, o Parlamento devolve a bola ao Presidente. Em final de mandato, Cavaco já não terá tempo de convocar eleições, resta-lhe uma solução no actual quadro parlamentar ou adiar e deixar o problema de herança ao seu sucessor.

Miguel Baltazar



Pode Cavaco recusar Costa?

O Presidente da República não pode dizer que não nomeia um Governo porque não gosta dele. Se tivesse sido o PCP a ganhar, teria de nomeá-lo, exemplifica Tiago Duarte. No entanto, acrescenta o constitucionalista, Cavaco Silva pode entender, no caso concreto de António Costa e do seu Governo com apoio parlamentar à esquerda, que, "independentemente dos partidos que o apoiam, não cumpre os requisitos de estabilidade parlamentar". E pode impor requisitos e condições. Se Cavaco for por aí, é possível até que nunca se saibam que requisitos são esses. Tiago Duarte lembra os limites que Sampaio terá colocado ao Governo de Santana Lopes e que nunca foram conhecidos. Nestes casos, acrescenta Paulo Otero, as nomeações são sempre condicionadas. "Por aquilo que se vai saber, mas, sobretudo, por aquilo que nunca se saberá porque nunca será público", remata o constitucionalista.

Cavaco Silva deverá começar a ouvir os líderes dos partidos com assento parlamentar a partir de amanhã para tomar uma decisão.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

E ao 11.º dia, o Governo caiu. Não era surpresa que o XX Governo constitucional teria uma vida curta e a bola volta agora às mãos de Cavaco Silva que durante estes dias há-de ter formado uma decisão sobre o passo que se segue. A expectativa é que seja dada posse a António Costa, fazendo ou não exigências adicionais, mas, na verdade, Cavaco pode sur-

prender e optar por não o fazer.

"Não há maneira de obrigar o Presidente a nomear seja quem for", admite Paulo Otero, constitucionalista e professor de Direito. A Constituição diz que cabe ao chefe de Estado nomear o primeiro-ministro, "mas não diz quem". A regra tem sido a de nomear o líder do partido ou coligação com mais votos e Cavaco cumpriu-a ao indigitar Passos. Pela lógica, tendo o Governo caído às mãos do Parlamento, seguir-se-ia o líder do segundo partido mais votado, António Costa, ainda mais com um apoio parlamentar à Esquerda. Os especialistas ouvidos pelo negócios acreditam que será essa a opção do Presidente, mas

outros cenários se podem perfilar.

Cavaco deverá ouvir novamente os partidos, presumivelmente a partir de quinta-feira, e em tese poderia voltar a indigitar Passos Coelho, insistindo para que tentasse, mais uma vez, encontrar uma solução com o PS. Uma hipótese meramente académica, diz Tiago Duarte, advogado e constitucionalista. Essa opção teria apenas o efeito de arrastar o problema no tempo, uma vez que já ficou claro que não há entendimento possível.

Outra hipótese, seria o Presidente nomear para primeiro-ministro uma terceira pessoa, uma figura escolhida por si, que formaria um Governo de transição até que fosse pos-

sível convocar legislativas – a partir de Abril de 2016, passados seis meses sobre as eleições de Outubro.

Um Governo deste tipo teria, tal como qualquer outro, de submeter um programa ao Parlamento. Mas, no acordo assinado entre os partidos de esquerda, ficou definido que "rejeitarão qualquer solução que proponha um governo PSD/CDS" bem como "qualquer iniciativa que vise impedir a solução governativa alternativa". Assim, ainda que Cavaco escolhesse uma pessoa do centro, para agradar ao PS e ao PSD, dificilmente esse Governo conseguiria escapar a uma rejeição.

Insistir em arrastar a questão no tempo significaria deixar em heran-

ça, ao sucessor de Cavaco, todas as opções em aberto: ou dar posse a António Costa ou esperar por Abril e convocar eleições. O Presidente, querendo, pode fazê-lo, admite Paulo Otero. Porém, "há uma espada sobre o país, que é a ausência de Orçamento do Estado" e essa é uma questão a que Cavaco Silva "é sensível", e que "poderá pesar muito na decisão.

Uma coisa é certa, acrescenta Tiago Duarte: "Ninguém ganha ao Presidente num braço-de-ferro sobre estas matérias que são sua competência, não são sancionadas pelo Constitucional e, neste caso, também não o são pelos eleitores, porque está no fim do segundo mandato". ■



CENÁRIOS

As opções do Presidente da República

Com o Governo demitido e Passos Coelho indisponível para permanecer à frente de um Governo de gestão, o mais expectável é que Cavaco indigite António Costa. Mas o Presidente pode não o fazer.

NOMEAR COSTA E UM GOVERNO À ESQUERDA

É a opção que todos esperam que se concretize, perante um Governo que se apresenta à partida com um acordo parlamentar susceptível de lhe conferir estabilidade e condições de governabilidade. Porém, não são favas contadas. Cavaco Silva, quando encarregou Passos de encontrar uma solução governativa, colocou vários requisitos que apontou como incontornáveis e que pode agora considerar que não estão preenchidos. O Presidente pode optar por impor condições ou algum tipo de garantias que obriguem os partidos a voltar à mesa das conversações para assegurar a indigitação de António Costa.

INSISTIR NUM ACORDO ENTRE PSD E PS

É uma hipótese à partida meramente teórica. Já ficou claro que não há possibilidade de um entendimento entre os dois partidos (mais o CDS-PP) e Cavaco estaria apenas a arrastar a questão no tempo. Sendo certo que, entretanto, Passos Coelho teria de se manter à frente de um Governo de gestão, uma solução que, o ainda primeiro-ministro já terá feito saber a Cavaco que não tem condições para governar e que não estará disponível para se manter na liderança de um governo de gestão que se arraste no tempo.

CONVOCAR UM TERCEIRO NOME PARA LIDERAR

Seria uma espécie de Governo de iniciativa presidencial. Um nome escolhido por Cavaco Silva, alguém que pudesse, à partida, ser aceite pelos maiores partidos - uma figura mais ou menos consensual ao centro - que manteria um Governo transitório até que tomasse posse um novo Presidente da República. Um Governo com estas características teria, ainda assim, que fazer passar o seu programa no Parlamento, sendo certo que os acordos à esquerda já prevêm a inviabilização de uma solução deste tipo.



Não há maneira de obrigar o Presidente a nomear seja quem for. A Constituição diz que lhe cabe nomear o primeiro-ministro, mas não diz quem.

PAULO OTERO

Constitucionalista e professor de Direito



O Presidente não pode dizer que não nomeia um Governo porque não gosta dele. Se tivesse ganho o PCP, teria de nomeá-lo.

TIAGO DUARTE

Advogado e constitucionalista